

A VARIÇÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL EM TEXTOS ESCOLARES ESCRITOS

Wagner Ferreira LIMA¹

- RESUMO: Trata-se de um breve estudo sociolinguístico sobre a regra de concordância verbal em redações de alunos de 8ª série de uma escola estadual de Assis – SP. Neste estudo, destacamos os fatores que influem na variação negativa da concordância verbal e sugerimos alguns procedimentos pedagógicos para solucionar tal problema.
- PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística; produção textual; concordância verbal.

Introdução

O presente estudo examina o problema da variação da regra de concordância verbal em redações escolares. O emprego da concordância verbal, como se sabe, está em variação no português falado do Brasil, pois um mesmo falante pode fazer uso alternado entre formas com e sem o emprego da concordância, ocasionalmente na mesma sentença e até com o mesmo verbo. Mas, observando os textos escolares, detectamos a ocorrência de muitos verbos sem marca de plural em contextos de aplicação da regra.

A ocorrência dessas formas verbais não flexionadas em textos escritos caracteriza o chamado fenômeno de “marcas de oralidade na es-

¹ Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas – Universidade Estadual de Londrina – UEL – 86051-990 – Londrina – PR. wflima@hotmail.com.

crita", ocasionado pela transferência direta de estruturas da fala para a expressão escrita. Acreditamos que esse fenômeno acontece porque, apesar de conhecer a norma lingüística padrão e saber que o texto escrito exige o emprego dessa norma, as crianças estão de tal maneira condicionadas no uso de uma variedade lingüística não-padrão que tendem a reproduzir vez e outra as formas dessa variedade em suas redações.

Nesse sentido, dado que o uso de formas não-padrão para a concordância verbal é condicionado por fatores lingüísticos constantes e regulares, supomos que a forma de organização do texto escrito favorece a atuação de alguma das variáveis que, na fala, concorrem para a não-aplicação da regra, apesar da forte pressão exercida pelo estilo da modalidade escrita no processo redacional.

A fim de aprofundar um pouco mais nossa reflexão sobre essa suposição, empreendemos uma análise das ocorrências verbais com sujeito em terceira pessoa do plural, aplicando o instrumental teórico-descritivo da sociolingüística variacionista. Tentaremos interpretar os resultados fornecidos por essa análise quantitativa em relação à forma de expressão escrita, procurando mostrar o comportamento das variáveis que atuam no processo de variação no âmbito do texto escrito.

Análise de concordância verbal de número

Caracterização do problema de concordância verbal em redações

A concordância verbal é uma variável tanto social quanto estilística. Isso pode ser verificado pela constatação de um padrão regular de emprego dessa variável no desempenho lingüístico dos falantes, que é fruto das restrições determinadas quer pela classe social quer pelo grau de formalidade da situação interlocutiva. O índice de marca explícita de plural no verbo é maior na fala de membros procedentes das classes sociais mais favorecidas do que no discurso oral de falantes de grupos socioeconomicamente menos favorecidos. Por sua vez, a taxa de concordância verbal nos enunciados lingüísticos é maior numa conversa de negócios entre executivos numa empresa do que numa conversa sobre futebol entre esses mesmos executivos num bar.

O aumento da taxa de emprego da concordância, contudo, é proporcional à frequência de uso da regra na fala casual dos indivíduos distribuídos por classes sociais em direção a circunstâncias formais de uso da

língua. Assim, dado que em seu vernáculo a concordância verbal é realizada por um número maior de variante explícita de plural, os membros das classes mais elevadas tendem a concordar mais consistentemente o verbo com o sujeito em situações de fala formais do que os indivíduos das camadas mais baixas da sociedade, cujo emprego da regra no desempenho lingüístico formal é, de modo geral, apenas esporádico.

Uma das explicações possíveis para essa disparidade social no uso de formas verbais padrão é a de que os indivíduos das classes média e média-alta começam a manipular mais cedo essas variantes, dado que sua forma de socialização se dá praticamente por meio dessa linguagem. Os integrantes das classes populares, por sua vez, só tomariam contato com essa variedade lingüística de prestígio muito mais tarde na escola, quando o processo de socialização básico já teria se cumprido mediante formas lingüísticas estigmatizadas. Além disso, por vontade inconsciente de preservar sua identidade cultural com o grupo social de que procede, indivíduos dessa última classe resistiriam a fixar a variedade expressiva padrão, já que esta encerra valores da classe dominante, e a empregá-la consistentemente em situações formais de interlocução na sociedade (Labov, 1974, p.66-7).

Por isso, é natural que as crianças dos grupos menos favorecidos variem negativamente em seu desempenho lingüístico muito mais que os alunos pertencentes às classes dominantes. E que, conseqüentemente, seus textos escritos apresentem mais formas estigmatizadas que os textos produzidos por crianças que convivem num ambiente regido predominantemente pela linguagem padrão.

A produção de textos na escola já constitui um exercício de variação estilística da linguagem. Como se sabe, a redação é uma situação artificial de uso da língua, pois, dado o caráter coercitivo da escola, o aluno escreve para seu professor e não para seus amigos de grupo e sabe que nessa atividade o que está em jogo é a avaliação de sua linguagem. Por isso, há uma tendência natural de a criança procurar usar em suas redações as formas lingüísticas de prestígio ensinadas na escola, com o fim de corresponder às expectativas do seu professor.

Mas apesar da pressão da escola, as redações escolares continuam apresentando variantes estigmatizadas de concordância verbal, ainda que em proporções menores que a da fala. Além da questão social, que aponta para o forte condicionamento do vernáculo apesar da imposição da norma pedagógica, parece que a forma de organização da linguagem escrita favorece em algum aspecto a permanência dessas variantes nas redações.

Assim, dado que a variação sociolinguística é determinada por fatores que atuam associadamente para o uso de uma ou de outra variante, a forma de produção do texto escrito apresenta circunstâncias concretas que favorecem o não-emprego da regra de concordância verbal, mesmo com a coerção do ambiente escolar.

Parece, assim, que a principal circunstância refere-se aos procedimentos estilísticos mais comuns nessa modalidade como: uso de períodos mais longos e complexos para transmitir as idéias, intercalação de material interveniente entre o sujeito e o verbo, empregos de orações subordinadas adjetivas, enfim as operações discursivas naturalmente utilizadas no texto escrito, mas não tão usadas na expressão oral.

A questão da influência social no ensino e uso da língua é fundamental para explicar o processo de variação linguística no desempenho verbal das crianças na escola. Mas, com respeito à variação no âmbito da modalidade da expressão escrita, o fator social parece não ter muito peso explicativo, uma vez que no ato da produção escrita mesmo uma criança que manipula a linguagem não-padrão tem todas as possibilidades de concordar o verbo com o sujeito. Por causa da propriedade de permanência dos signos gráficos, que é uma condição específica de produção do código escrito, a linguagem escrita permite não só uma análise mais consciente das formas de expressão, mas, sobretudo, a revisão dos enunciados grafados no papel, possibilitando a correção das variantes não-padrão para a concordância verbal. Na fala informal, pelo contrário, esse procedimento é quase impossível, em razão de suas condições típicas de produção, como as trocas rápidas e superpostas dos turnos de fala, que incitam à concisão e à brevidade da expressão verbal; a efemeridade do som vocal, que se perde imediatamente após o seu devir; e, principalmente, as limitações da memória temporária, que, com a atuação da variável posicional, prejudicam a percepção da identidade do “plural” entre o núcleo do sujeito e o verbo.

Nesse sentido, se, por um lado, suspeitamos que a forma de organização da escrita favoreceria a variação negativa da regra, apesar da atuação da variável social, por outro suspeitamos também que o recurso a essa propriedade ajudaria a solucionar essa questão da variação linguística no domínio do texto escrito.

Objetivos

A fim de verificar mais de perto essa implicação entre a variação de regra de plural no verbo e a modalidade da linguagem escrita, traçamos

como objetivo dessa discussão o entendimento dos fatores que regem o uso dessa regra nas redações de um grupo de crianças de 8ª série de uma escola pública de Assis – SP. Portanto, descreveremos as variáveis lingüísticas que hipoteticamente favorecem (não favorecem) o emprego da regra, verificando o comportamento dessas variáveis no domínio específico do texto escrito.

Nossa hipótese central é de que a realização da regra gramatical depende do grau de impacto dos efeitos perceptuais com que ela se materializa: saliência fônica, linearidade do elo entre determinante e determinado, destaque do traço de pluralidade etc.

Contudo, visto que o texto escrito pressiona a variação positiva da regra, aumentando a frequência de variantes padrão para a variável dependente, acreditamos que certos grupos de fatores terão mais significância para a não-aplicação da regra que outros, também hipotetizados como responsáveis pela variação, e que esse fato deve ser visto como o efeito das próprias condições de produção e estilo do texto escrito sobre as variáveis lingüísticas.

Visamos com essa discussão sistematizar alguns princípios teórico-descritivos sobre a variação da concordância verbal no texto de alunos do 1º grau, que venham servir de subsídio pedagógico para os professores ginasiais.

Pressupostos teóricos: o modelo da sociolingüística variacionista

A análise é feita com base nos princípios básicos da teoria da variação ou sociolingüística variacionista, desenvolvida pelo americano William Labov. Essa teoria funda-se sobre o pressuposto fundamental de que a variação é uma condição inerente à própria natureza da língua. Dado que serve de instrumento de comunicação e interação social, é natural que a língua sofra as pressões decorrentes da própria heterogeneidade social, caracterizada pela coexistência de diferentes classes sociais e pelos distintos graus de contato intergrupual das diversas subcomunidades. A variação, portanto, não é um fenômeno ocasional, mas um processo sistemático, caracterizado por padrões regulares e constantes de comportamento lingüístico.

Um conceito básico importante para entender o funcionamento da estrutura sociolingüística e para formalizar a variação é o conceito de *regra variável*. Para a sociolingüística, a organização de uma língua se dá não só pelo concurso de regras categóricas que obrigam o falante a

usar categoricamente certas formas – a casa – e não outras – casa a – (Naro, 1992, p.17), mas também pela concorrência de regras cuja aplicação ou não está sujeita a restrições contextuais lingüísticas ou extralingüísticas. Estas são as chamadas regras variáveis.

A regra variável é, por assim dizer, uma extensão da regra opcional² formulada pelo gerativismo, mas não se identifica completamente com esta. A regra opcional tem sido vista apenas como modo alternativo de se dizer uma mesma coisa. Por isso, ela não supõe nenhuma explicação acerca de o fato da opção poder estar sujeita à atuação de fatores lingüísticos ou sociais, deixando escapar, portanto, a variação sistemática e a informação de como os elementos da descrição estrutural podem favorecer ou inibir a aplicação da regra (Scherre, 1978, p.10). A regra variável, pelo contrário, supõe todas essas implicações teóricas e descritivas.

A formalização desse sistema de regras variáveis tem sido feita com base num modelo metodológico estatístico. Esse método consiste em associar a cada regra uma quantidade, que indica a probabilidade de sua aplicação. Sem entrar em pormenores a respeito desse modelo de descrição, o emprego da regra variável, com suas respectivas restrições, é representado assim:

$$X \rightarrow \langle Y \rangle / \langle \text{traço } i \rangle \langle \text{traço } j \rangle \langle \text{traço } k \rangle [\text{traço } z],$$

onde X é reescrito, “variavelmente”, como Y no contexto representado pelos traços i, j, k e z . As restrições são caracterizadas pelos traços ou fatores presentes no contexto, indicados na notação pelos parênteses angulares, e $[Z]$ é o traço mínimo requerido para que a regra se aplique (Scherre, 1978, p.11). Assim, em uma variável, a quantidade é entendida como a probabilidade de a regra se aplicar em presença de determinados fatores.

2 Para a formalização do aparente “caos” da fala, Labov (apud Scherre, 1978, p.9) formulou o importante conceito de “regra variável”, a partir das colocações chomskianas a respeito dos tipos de regras gerativas. Com efeito, a gramática gerativa postula a existência de duas espécies de regras: as obrigatórias e as opcionais. “Dada uma seqüência de elementos, com uma descrição estrutural satisfatória, uma regra obrigatória é a que necessariamente se aplica a essa seqüência e uma opcional é a que pode ou não se aplicar” (Chomsky, apud Scherre, 1978, p.9). Assim, por exemplo, o cancelamento de sujeitos idênticos constitui uma regra obrigatória em português, ao passo que o cancelamento de sujeito dentro de uma sentença consiste numa regra opcional.

A partir da estrutura 1:

1. Eu (SNI) quero / eu (SNI) sair da sala.

geramos a estrutura 2 mediante a aplicação de uma regra obrigatória:

2. Eu quero (Φ) sair da sala.

E, a partir de 2, geramos 3 pela aplicação da regra opcional:

3. (Φ) Quero sair da sala.

Inferimos desse modelo de formalização da regra as duas noções operacionais básicas bem conhecidas na literatura variacionista: as variantes e as variáveis. As variantes são "as diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade" (Tarallo, 1986, p.8). O conceito de variável, por sua vez, se bifurca em variáveis dependentes e variáveis independentes. A variável dependente representa o traço lingüístico que está em variação na língua, que pode manifestar-se sob um conjunto de variantes; já as variáveis independentes correspondem aos traços contextuais que restringem o emprego de uma ou de outra variante para uma determinada variável dependente. Na reescritura da regra variável anterior, a variante é representada pelo colchete; a variável dependente, pelo primeiro parêntese angular à esquerda da barra; e as variáveis independentes, pela seqüência de parênteses angulares à direita.

Como vimos, a variação é regida por um conjunto de restrições, constituídas tanto por variáveis lingüísticas como por variáveis extralingüísticas ou sociais. As primeiras são representadas pelos fatores que atuam no contexto lingüístico de realização da regra, tais como segmentos fonológicos precedentes e seguintes, categorias morfológicas, posições sintáticas, traços semânticos etc. As variáveis sociais são constituídas pelas forças que pressionam a variação provenientes da estrutura social.³

Dado que a cada ocorrência da regra variável corresponde, como contexto de sua aplicação (ou não-aplicação), um conjunto de fatores associados, constituído de um fator de cada uma das variáveis consideradas, o peso de cada fator nesse contexto é medido mediante a aplicação de cálculos quantitativos.

Esse tratamento estatístico é realizado por meio de cálculos computacionais fornecidos pelo programa VARBRUL 2. Trata-se de um programa que pressupõe uma interação multiplicativa entre os diversos fatores e dá a probabilidade de aplicação da regra para cada fator. Os resultados

3 Os fatores sociais que pressionam a diversidade lingüística são de três ordens: o *geográfico*, que influi na divergência lingüística de comunidades de diferentes regiões do território nacional; o *social*, que condiciona a divergência lingüística entre diferentes subgrupos de uma mesma comunidade local, sendo fatores distintos a estratificação social, o sexo, a faixa etária, o grau de escolaridade, a ocupação profissional, o interesse em preservar a identidade cultural pelas características lingüísticas; e, finalmente, o *registro de uso*, que determina a diversidade lingüística pelo nível de formalidade em que é usada a língua de acordo com o tipo de situação comunicativa, numa gama que vai desde o mais coloquial ao mais formal.

numéricos fornecidos por esse cálculo revelam, por assim dizer, o padrão estatístico da variação de uma determinada regra gramatical.

É, portanto, com base nesse modelo teórico-descritivo que propomos analisar a variável “concordância verbal”, focalizando as variáveis lingüísticas que atuam na variação. Não trataremos, portanto, das variáveis sociais para não expandir a discussão em direção a questões ideológicas e culturais, o que levaria à abrangência do tema, prejudicando a unidade deste trabalho.

Fonte dos dados analisados

As construções que analisamos fazem parte de um *corpus* constituído de 301 ocorrências verbais em situação de variação. Essas estruturas foram extraídas de 110 redações de alunos pertencentes às 8^{as} séries diurnas de uma escola pública de Assis – SP, a EEPPG Francisca Ribeiro Mello Fernandes, localizada na periferia da cidade.

Do *corpus* coletado, destacamos todos os casos de verbos com sujeito na terceira pessoa do plural e testamos os efeitos probabilísticos das variáveis lingüísticas sobre as formas às quais a concordância poderia ter sido aplicada.

Análise das variáveis

Observando as estruturas verbais do *corpus*, identificamos três grupos de fatores que poderiam estar atuando no processo de variação da regra de concordância verbal e testamos seus efeitos probabilísticos sobre a regra. Os grupos de fatores são os seguintes:

a) *Variável morfológica*: fundada na hipótese de uma interdependência entre o grau de saliência fônica da oposição entre a forma verbal do singular e a do plural e a probabilidade de emprego da forma verbal com a marca de plural. Supomos, aqui, que a maior perceptibilidade do efeito material da regra facilitar-lhe-ia o uso. A uma escala dessa espécie corresponderia, portanto, uma escala crescente de probabilidade de uso de formas plurais. A subclassificação dos verbos usados para testar essa hipótese foi a seguinte:⁴

4 Alguns exemplos que se seguem foram extraídos do texto de Miriam Lemle (1978) citado no presente trabalho.

- i. Classe *come* – *comem* (B): o plural difere do singular apenas pelo acréscimo de nasalidade à vogal átona final.
- 1. *...as pessoas comem só se alguém lhe der algum alimento...*
 - ii. Classe *fala* – *falam* (N): o plural difere do singular por mudança da qualidade vocálica e acréscimo de nasalidade à vogal átona final.
- 2. *Os outros falam que os jogadores jogam por dinheiro...*
 - iii. Classe *faz* – *fazem* (V): o plural difere do singular pela adição de um segmento vocálico nasalizado.
- 3. *...faz dois anos que ele é usuário.*
 - iv. Classe *está* – *estão* (M): o plural difere do singular na qualidade vocálica e presença de nasalidade; a posição do acento tônico coincide com a da marca número-pessoal.
- 4. *Esses prefeitos eles não estão nem aí...*
 - v. Classe *foi* – *foram* (Z): caso único.
- 1. *As coisas foram ficando cada vez mais...*
 - v. Classe *é* – *são* (T): caso único.
- 1. *Muitos brasileiros são explorados ...*
 - v. Classe *vai* – *vão* (W): caso único.
- 7. *...esses vão ter pelo menos uma coisa útil...*
 - vi. Classe *melhorou* – *melhoraram* (K): pretéritos perfeitos regulares – desinências inteiramente distintas, ambas acentuadas.
- 8. *Agora em 1998 os times da copa melhoraram...*
 - vii. Classe *soube* – *souberam* (Y): pretéritos perfeitos irregulares – acento tônico na raiz para o singular, e na desinência para o plural.
- 9. *Souberam que ele tinha morrido...*

b) *Variável posicional*: baseada na suposição de uma correlação entre a posição do sujeito relativamente ao verbo e a probabilidade de aplicação da regra. Identificamos os seguintes subfatores:

- i. Sujeito imediatamente anteposto ao verbo (A).
- 9. *Os desempregados passam por grandes apertos...*
 - i. Sujeito posposto ao verbo (P).
- 9. *Eu queria que acontecesse coisas maravilhosas.*
 - i. Sujeito anteposto separado do verbo por 1 a 5 sílabas (G).
- 9. *...as jóias do rei havia sido roubadas...*
 - i. Sujeito oculto (O).
- 9. *Dois meses depois foram despejados...*
 - i. Sujeito representado por relativo (R).
- 9. *...as pessoas que para nos faróis.*

c) *Variável sintática*: pressupondo que há um paralelismo entre a aplicação da regra e a natureza simples ou composta do sujeito. A sub-classificação dos casos foi a seguinte:

- i. Sujeito simples (S).
- 9. ...e enquanto isso eles continuam na mesma.
 - i. Sujeito composto (C).
- 16. Um dia Marcos e Rodrigo pegou ele na sua casa...

A partir desses grupos de fatores lingüísticos, temos a Tabela 1:

Tabela 1 – Exemplo de codificação dos dados

Forma verbal	Aplicação da regra	Natureza do sujeito	Posição	Classe morfológica
<i>Fizeram</i>	0	/	/	Y
<i>Foram</i>	0	S	O	K
<i>Pegou</i>	1	C	A	K
<i>Continuam</i>	0	S	A	N
<i>Acontecesse</i>	1	/	P	B
<i>Para</i>	1	/	R	N
<i>Faz</i>	1	/	P	V
<i>Estão</i>	0	S	G	M
<i>São</i>	0	S	A	T
<i>Vão</i>	0	S	A	W

O símbolo representado por / (barra) indica que o fator não exerce influência no contexto de aplicação da regra, isto é, o fator é nulo. Por isso seu valor não figura na tabela.

Submetemos, então, as variáveis à quantificação a fim de obtermos a freqüência e o peso relativo de cada fator. Aplicamos os cálculos computacionais de quantificação de fatores fornecidos pelo programa VARBRUL 2 e obtivemos a Tabela 2.

A Tabela 2 apresenta os resultados relativos às variáveis lingüísticas fornecidos pelo programa VARBRUL 2 para um *corpus* constituído de 410 casos de ocorrências verbais em situações de aplicação da regra. Os resultados numéricos obtidos revelaram que o programa não considerou como significativo para a variação da concordância verbal o terceiro grupo de fatores, e, conseqüentemente, como significativos os grupos de fatores 1 e 2. No processo de quantificação dos dados, estes últimos são representados pela variável posicional e pela variável sintática, enquanto aquele é indicado pela variável morfológica.

Tomamos, portanto, os números relativos às variáveis 1 e 2 como base de referência para interpretação dos dados. Os números decimais representam índices de probabilidade de aplicação da regra, as quantidades entre 0 e 0,50 indicam que o fator em questão desfavorece o em-

prego da regra, quantidades entre 0,60 e 1 indicam que o fator favorece a aplicação da regra, e quantidades entre 0,20 e 0,60 indicam o efeito neutro do fator.

Tabela 2 – Índice de frequência e de probabilidade de aplicação de concordância verbal para as variáveis morfológicas, posicional, sintática e semântica

	Descrição		Exemplos	Código	Frequência e probabilidade de aplicação
Grupo de fatores morfológicos	Acento na raiz		<i>come-comem</i>	B	26/39 = 67% 0,24
			<i>fala-falam</i>	N	115/139 = 83% 0,57
			<i>faz-fazem</i>	V	16/19 = 84% 0,48
	Acento na desinência	Fusão de raiz e desinência	<i>vai-vão</i>	W	3/4 = 75% 0,25
			<i>está-estão</i>	M	12/17 = 71% 0,42
			<i>foi-foram</i>	Z	18/21 = 86% 0,58
			<i>é-são</i>	T	12/14 = 86% 0,56
		Desinências segmentáveis	<i>melhorou-melhoraram</i>	K	29/33 = 88% 0,61
			<i>soube-souberam</i>	Y	6/7 = 86% 0,23
Grupo de fatores posicionais	Sujeito anteposto		10	A	120/131 = 92% 0,70
	Sujeito posposto		11	P	16/28 = 57% 0,18
	Sujeito separado		12	G	20/29 = 69% 0,11
	Sujeito oculto		13	O	54/56 = 96% 0,79
	Sujeito representado por relativo		14	R	21/42 = 50% 0,13
Grupo de fatores sintáticos	Sujeito simples		15	S	123/136 = 90% 0,60
	Sujeito composto		16	C	17/24 = 71% 0,10

Ao examinarmos os números da Tabela 2, notamos que nenhum índice decimal expressa um peso relativo para os fatores menor que 0,10. Esse fato é natural porque os números descrevem o comportamento da

variável dependente no âmbito do texto escolar escrito e não no campo da fala informal. Provavelmente, se tivéssemos trabalhado com gravações, focalizando o estilo não cuidado da língua, teríamos para o menor peso relativo valores muito mais baixos, talvez entre 0 e 0,5.

Esse fato influi diretamente sobre as hipóteses já lançadas. A consideração dos grupos de fatores 1 e 2 como significativos e a automática desconsideração do terceiro grupo sugerem que as variáveis orientadas para a sintaxe são mais relevantes para a variação do uso da concordância do que a variável pautada pela proeminência física da marca de plural.

Durante a investigação dos fatores que concorrem para a aplicação (ou não-aplicação) da regra, hipotetizamos que o maior grau de saliência fônica da marca de número-pessoal favoreceria o uso da concordância verbal. Essa suposição foi inspirada na hipótese da saliência fônica lançada originalmente por Liliam Lemle (1978, p.87) em seu trabalho sobre a regra de concordância verbal na fala dos mobaralenses. Nessa pesquisa ela testou um grupo de fatores morfológicos semelhante ao nosso. Os resultados obtidos para esses fatores apontaram para uma escala crescente de pesos relativos que corrobora a hipótese aventada, segundo a qual haveria um paralelismo entre a hierarquização do grau de saliência fônica da oposição singular/plural e a hierarquização dos índices de probabilidade de concordância.

No entanto, testando esses fatores com os verbos do nosso *corpus* não obtivemos o mesmo padrão numérico. Pela Tabela 2 percebemos que os pesos relativos dos fatores testados não obedecem a uma escala crescente, paralela à hierarquia do grau de saliência fônica da oposição singular/plural da classe dos verbos. Os valores estão dentro da faixa entre 0,20 e 0,60, o que indica a neutralidade dos fatores no contexto de aplicação da regra.

Outra evidência que indica a incoerência entre a hipótese e a sua verificação empírica é dada pela proximidade do valor probabilístico dos fatores. De acordo com a hipótese aventada, fatores que deveriam apresentar valores opostos, por se situar em pontos distantes da escala de saliência, apresentam pesos praticamente iguais. Esse é o caso dos fatores N – Z/T, cujos valores são 0,57 – 0,58/0,56, respectivamente.

Mas também convém ressaltar que essa incoerência é ocasionada, em parte, pelo baixo número de ocorrências de certos fatores. É o caso dos fatores W e Y, que apresentaram quantidades aquém da expectativa, 0,25 e 0,23, respectivamente; a probabilidade aguardada para o fator Y acima de 0,60. Não obstante esse incidente, esses números não influem no resultado da análise como um todo.

Dada a não-confirmação dessa hipótese, não temos condições de tirar conclusões pedagógicas consistentes sobre a variável morfológica. O que podemos dizer é que em nosso *corpus* essa variável não teve maior importância na variação da regra de concordância verbal. Acreditamos que isso se deve ao fato de que na escrita a criança está um pouco mais concentrada na forma como ela se expressa, de modo que ela tende a flexionar muito mais o verbo, sobretudo nos contextos em que o sujeito está imediatamente anteposto a ele. Na fala, contudo, por causa da informalidade, a criança usa a língua de forma inconsciente, de modo que as formas menos salientes de marcação de plural não são normalmente pronunciadas.

Já os resultados obtidos para as variáveis posicional e sintática revelam escalas numéricas coerentes com as hipóteses aventadas. Com respeito ao grupo de fatores posicionais, os números indicam que a posição mais favorável à explicitação da concordância é aquela em que o sujeito está oculto (0,79) ou imediatamente antes do verbo (0,70); a posição menos favorável é a do sujeito anteposto porém distante do verbo (0,11) e a do sujeito representado por relativo (0,13); e, em nível intermediário, o caso em que o sujeito está posposto ao verbo (0,18).

Essa escala sugere para os fatores A, G e P que a ligação expressa pela concordância entre um elemento determinante (o nome) e um termo determinado (o verbo) é mais fácil de ser estabelecida quando o determinante antecede o determinado do que quando ele o precede, e tanto mais fácil quanto menor for a distância entre os dois. Do ponto de vista do processamento das conexões semanto-sintáticas, essa escala de fatores reflete graus de complexidade na manutenção da identidade gramatical do verbo com o sujeito, no processo de linearização das unidades semânticas.

A regra de concordância verbal pode ser entendida como um caso de redistribuição de unidades semânticas no plano da expressão. Segundo Chafe (1979), a simbolização das unidades do plano semântico não se dá de forma direta e imediata, mas é mediada por processos pós-semânticos, que podem alterar ou não a configuração semântica original. Entre esses processos encontra-se o da concordância:

As vezes, a unidade [semântica] não é suprimida de sua posição original, mas simplesmente copiada em outras posições e, dessa forma, ocorre mais de uma vez na representação de superfície. Os processos responsáveis por tal redistribuição são caracteristicamente os chamados de *concordância*. (Chafe, 1979, p. 51)

No plano semântico, a noção "plural" recai originalmente sobre o elemento determinante e só após a aplicação do processo pós-semântico de cópia é que ela reflete sobre o elemento determinado. Acreditamos que esse processo de redistribuição de noções gramaticais é favorecido pela percepção da identidade gramatical entre o elemento determinante e o elemento determinado. No plano da expressão, essa percepção é facilitada quando o determinante, que traz originalmente a marca de plural, é disposto antes e imediatamente próximo do termo determinado. Assim, a noção de plural tende a ser copiada no verbo. De outro modo, a percepção da conexão gramatical entre determinante e determinado é dificultada quando as duas condições, anteposição e proximidade, forem violadas, tal como sugerem os números da Tabela 2 para os fatores G e P.

Podemos explicar também os números dos fatores R sob essa linha de raciocínio. Acreditamos que o sujeito representado pelo relativo *que* desfavorece a aplicação da regra porque é uma forma que não reflete a marca de plural do nome a que se refere anaforicamente, assim como fazem os seus equivalentes *os quais* e *as quais*. Dessa forma, dada a sua interrupção pelo uso do pronome anafórico não-flexionável *que*, a percepção da identidade de número-pessoal entre o sujeito da oração principal e verbo da oração subordinada adjetival é dificultada, aumentando a probabilidade para a não-flexão do verbo.

Finalmente, a probabilidade alta de emprego da regra obtida para o sujeito pode ser interpretada como consequência de uma pressão compensatória para restabelecer uma conexão semântica que poderia ficar perdida, prejudicando a comunicação. Portanto, trata-se aqui de uma exigência do próprio sistema funcional da língua, pois o apagamento da unidade semântica no plano de expressão requer necessariamente a manutenção nesse plano de um segmento que identifique a unidade não explicitada.

Quanto à última variável considerada, os resultados obtidos para os subfatores expressam também índices significativos para a variação, corroborando nossa suposição de que haveria uma correlação entre o caráter numérico do sujeito e a probabilidade de aplicação da regra: o sujeito simples obteve uma marca de 0,60 e o sujeito composto 0,10. Portanto, quando a noção de plural se concentra num único núcleo, há uma pressão positiva para a concordância verbal; em contrapartida, quando essa noção não é explicitada lingüisticamente mas é inferida da soma de dois ou mais núcleos, essa pressão aumenta em favor da não-aplicação da regra.

A explanação que fizemos da atuação das variáveis lingüísticas sobre a variação do uso da regra nos permite tirar algumas conclusões relevantes para o ensino da língua materna. Os índices revelam que as crianças continuam variando negativamente a concordância verbal na expressão escrita da língua e que essa variação é pressionada, sobretudo, pelo condicionamento dos fatores sintáticos.

Nesse sentido, acreditamos que a forma de organização da linguagem escrita favorece a atuação desses fatores. Como vimos antes, do ponto de vista estilístico, a expressão escrita se distingue da fala informal por certos traços formais, tais como maior freqüência de uso de períodos complexos, maior ocorrência de orações intercaladas entre o sujeito e o verbo e, conseqüentemente, de emprego de relativos etc. Assim, o processo de apagamento das marcas de plural no verbo é mais fácil de ocorrer sob a influência dessas condições do que sob a ação de quaisquer outras, como a saliência fônica e o caráter definido da referência expressa pelo sujeito.

Apesar dessas condições, os números obtidos para as variáveis sintáticas não deveriam se justificar no âmbito do texto escrito, senão pela transgressão da propriedade de permanência dos signos gráficos. Essa propriedade confere ao produtor a possibilidade de voltar algumas linhas atrás em sua redação e revisar o que acabou de escrever, corrigindo as ocorrências das variantes não-padrão para a concordância verbal.

Esse fato deve influir na forma de o professor interpretar os "erros" de concordância verbal nos textos de seus alunos. Os "erros" identificados não devem ser interpretados categoricamente como fruto da ignorância dos alunos sobre as formas de concordância verbal, já que eles sabem flexionar qualquer classe de verbos, mas sim como produto do condicionamento de fatores sintáticos. Portanto, antes de emitir qualquer parecer sobre a competência das crianças em flexionar os verbos, convém ao docente analisar antes os contextos lingüísticos reais em que aparecem as formas verbais em situação de aplicação da regra.

Uma proposta de solução para esse problema de variação lingüística na escrita requereria, portanto, uma atividade de conscientização dos alunos sobre dois objetos distintos, porém interdependentes, a variável posicional e a característica específica da escrita. O professor demonstraria, em princípio, aos alunos como os fatores sintáticos agem sobre a variável dependente em causa, pressionando a não-aplicação da regra; e, posteriormente, como a revisão da redação é um meio eficiente de eliminar as variantes estigmatizadas que ocorrem no texto. Acreditamos que a freqüência relativamente alta de verbos sem marca

de plural em redações escolares implica menos a ignorância sobre a gramática da norma padrão do que o pouco-caso que a criança faz do que ela escreve.

Considerações finais

Pudemos comprovar com a discussão proposta aqui que os alunos variam negativamente a regra de concordância verbal no âmbito das redações escolares. Os resultados numéricos da análise quantitativa revelam que essa variação é condicionada, principalmente, por variáveis de ordem sintática, que representam a situação do sujeito em relação ao verbo.

Ora, acreditamos que o fato de esses grupos de fatores sintáticos exercerem ainda grande influência na variação da concordância verbal é favorecido também pelas circunstâncias de estilo do código escrito: períodos longos, frases intercaladas entre o núcleo do sujeito e o verbo, o alto número de relativos representados *que* etc.

Sugerimos, portanto, que os professores atentem para as condições específicas de produção da modalidade da escrita quando considerarem os problemas de variação lingüística nas redações de seus alunos. Pois, muitas vezes, esses variam negativamente em razão do condicionamento das variáveis sintáticas, que têm nas circunstâncias de expressão escrita um forte aliado. Por sua vez, o professor poderá aproveitar outras condições do texto escrito, como a propriedade de permanência dos signos gráficos, para condicionar as crianças ao hábito de revisar sua redação, o que permitiria reduzir bastante a frequência de variantes não-padrão para a expressão da variável dependente em causa.

LIMA, W. F. Verbal concord variation in written school texts. *Alfa* (São Paulo), v.45, p.97-113, 2001.

- **ABSTRACT:** *This work is a brief sociolinguistic study on the verbal concord rule in eighth-graders essays from a State school in Assis (São Paulo State). The factors which influence on the negative variation of the verbal concord are emphasized and some pedagogical procedures to solve such a problem are suggested.*
- **KEYWORDS:** *linguistic variation; text production; verbal concord.*

Referências bibliográficas

- CHAFE, W. L. Outros processos pós-semânticos. In: _____. *Significado e estrutura linguística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. p.51-5.
- LABOV, W. Estágios na aquisição do inglês *standard*. In: FONSECA, M. S. V., NEVES, M. F. (Org.) *Sociolingüística*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. p.49-85.
- LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Revista Tempo Brasileiro (Rio de Janeiro)*, v.53-54, p.60-94, 1978.
- NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C. (Org.) *Introdução à sociolingüística variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. p.17-25. (Cadernos Didáticos UFRJ).
- PÉCORA, A. Problemas de coesão textual. In: _____. *Problemas de redação*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p.47-68.
- SCHERRE, M. M. P. Fundamentos teóricos e metodológicos. In: _____. *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. Rio de Janeiro, 1978. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica.
- TARALLO, F. A variável e as variantes lingüísticas. In: _____. *A pesquisa sociolingüística*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1986. p.8-11.